



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA
PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR**

CRISLÂNE SANTOS DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ECOFORMADORA E TRANSDISCIPLINAR NO ESPAÇO
ESCOLAR: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Arapiraca
2024

CRISLÂNE SANTOS DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ECOFORMADORA E TRANSDISCIPLINAR NO ESPAÇO
ESCOLAR: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Dra. Abdizia Maria Alves Barros

Arapiraca
2024

CRISLÂNE SANTOS DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ECOFORMADORA E TRANSDISCIPLINAR NO ESPAÇO
ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo Científico defendido e aprovado em 26 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ABDIZIA MARIA ALVES BARROS**
Data: 06/12/2024 11:35:31-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Abdízia Maria Alves Barros
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **JANAYNA PAULA LIMA DE SOUZA SANTOS**
Data: 07/12/2024 10:24:22-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Janayna Souza
Presidente da Banca

Documento assinado digitalmente
 **ARLETE RODRIGUES DOS SANTOS SANTA ROSA**
Data: 06/12/2024 22:51:27-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Arlete Rodrigues dos Santos Santa Rosa
Instituto Federal de Alagoas
Examinadora 1

Documento assinado digitalmente
 **VALERIA CAMPOS CAVALCANTE**
Data: 07/12/2024 19:43:25-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Valéria Campos Cavalcante
Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação
Examinadora 2

Maceió, 2024.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ECOFORMADORA E TRANSDISCIPLINAR NO ESPAÇO ESCOLAR: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Crislâne Santos da Silva (UFAL)
Crislane.8010@gmail.com
Abdizia Maria Alves Barros
abdizia.barros@gmail.com

RESUMO:

A educação ecoformadora surge como uma abordagem inovadora, integrando princípios ecológicos e de sustentabilidade no currículo escolar. Este artigo explora o conceito de educação ecoformadora, sua importância, métodos de implementação e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino. A abordagem da Educação Inclusiva, Ecoformadora e Transdisciplinar envolve a integração de diferentes áreas de conhecimento considerando as necessidades e potencialidade de cada indivíduo, ao promover a inclusão e a consciência ambiental nas práticas educativas é possível contribuir para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais que são essenciais para a formação de cidadãos críticos, autônomos e comprometidos com a sociedade, baseando-se em princípios de respeito a diversidade de sustentabilidade mais equitativa e justa. O presente artigo é uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos pesquisados nas plataformas acadêmicas oficiais como a Scielo e sites das universidades brasileiras e tem como objetivo dar ênfase ao direito a serviços educacionais das pessoas com deficiências e criar um ambiente de igualdade com possibilidades e oportunidades para que todos possam ter acesso à educação de qualidade e que considere as particularidades de cada indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Educação Ecoformadora. Práticas Sustentáveis.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a crescente preocupação com as questões ambientais e a necessidade de um desenvolvimento sustentável têm levado à busca por novas abordagens educacionais que preparem os estudantes para enfrentar os desafios ambientais futuros. A educação ecoformadora surge como uma abordagem inovadora, integrando princípios ecológicos e de sustentabilidade no currículo escolar. Este artigo explora o conceito de educação ecoformadora, sua importância, métodos de implementação e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino.

A abordagem da Educação Inclusiva, Ecoformadora e Transdisciplinar que envolve a integração de diferentes áreas de conhecimento considerando as necessidades e potencialidade de cada indivíduo, ao promover a inclusão e a consciência ambiental nas práticas educativas é possível contribuir para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais como, empatia, solidariedade, responsabilidade e colaboração, que são essenciais para a formação de cidadãos críticos, autônomos e comprometidos com a sociedade, baseando-se em princípios de respeito a diversidade de sustentabilidade mais equitativa e justa. Esses conceitos estão relacionados a autores e pensadores que tratam de temas como inclusão educacional, sustentabilidade e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Alguns dos principais pensadores que contribuem para essa linha de pensamento incluem Paulo Freire, que fala sobre a educação libertadora e crítica, Edgar Morin, que discute a transdisciplinaridade e a complexidade, e educadores da área de ecoformação, como Moacir Gadotti, que trata da educação ambiental dentro de uma perspectiva de cidadania planetária. Conversando com esses autores Alves e Pereira Filho (2017) nos lembram que nessas conexões estão os “nós” e os nós que constituem uma imensa trama cósmica de humanização no qual compartilhamos a vida. Essa complexidade nos enriquece como ser humano e como ser social que tem capacidades transformadoras.

Por sua vez a Educação Inclusiva, Ecoformadora e Transdisciplinar visa formar cidadãos conscientes e engajados na preservação ambiental, promovendo práticas sustentáveis e a construção de um futuro ecologicamente equilibrado. A união dessas abordagens busca criar ambientes educacionais acolhedores, que respeitem a diversidade humana e o planeta. A transdisciplinaridade ultrapassa as fronteiras das disciplinas tradicionais, integrando conhecimentos de diversas áreas para uma compreensão mais ampla. A inclusão, por sua vez, flexibiliza a educação, oferecendo ensino de qualidade a todos, combatendo a exclusão e promovendo um mundo mais justo e sustentável. A educação ecoformadora vai além da simples inclusão de temas ambientais no currículo. Ela busca promover uma transformação profunda na forma como os alunos percebem e interagem com o mundo ao seu redor. O objetivo é formar cidadãos conscientes e proativos em relação às questões ambientais, incentivando práticas sustentáveis e uma compreensão holística da

interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente. Entendendo a complexidade das relações e a importância das ações humanas nos efeitos que causam nessa teia de interações sociais e ambientais.

2 METODOLOGIA

O artigo foi construído a partir de pesquisa nas plataformas acadêmicas oficiais como a Scielo e sites das universidades brasileiras utilizando as palavras chave ecoformação, educação inclusiva, educação transdisciplinar e educação especial. Buscando assim compreender que a inclusão transdisciplinar voltada para a ecoformação refere-se à integração de conhecimentos e práticas de diferentes áreas do saber com o objetivo de promover uma educação holística e sustentável, que considere a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente. A transdisciplinaridade, nesse contexto, busca superar os limites das disciplinas tradicionais, incentivando a colaboração entre diversas áreas do conhecimento (como biologia, sociologia, filosofia, economia e outros), criando soluções que abordem questões ambientais de forma mais abrangente.

A ecoformação é um conceito que envolve o processo educativo focado na conscientização ecológica, na formação de cidadãos que compreendam a importância da sustentabilidade e da preservação ambiental, e que possam aplicar esse entendimento no cotidiano e nas práticas sociais. Ela propõe a formação de indivíduos e coletivos capazes de refletir sobre suas ações em relação ao planeta e tomar decisões que favoreçam um futuro mais equilibrado.

A inclusão transdisciplinar nesse processo se manifesta na capacidade de unir diferentes saberes, garantindo que as diferentes áreas de estudo e os diferentes grupos sociais (incluindo as populações marginalizadas) participem ativamente da construção de soluções para os problemas ecológicos. Isso envolve a combinação de abordagens teóricas e práticas, além de um forte foco na educação comunitária e na participação ativa de todos os envolvidos.

Em resumo, a inclusão transdisciplinar voltada para a ecoformação busca criar uma abordagem educacional mais ampla e inclusiva, que não só ensina sobre

questões ambientais, mas também fomenta uma consciência coletiva sobre a importância da ação integrada e sustentável em diversos aspectos da vida humana.

As seções foram organizadas nos seguintes temas: Educação ecoformadora, a importância da Educação ecoformadora e desafios na implementação.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 EDUCAÇÃO ECOFORMADORA

Esta pesquisa está voltada para a educação inclusiva, ecoformadora e multidisciplinar, com relatos pessoais e fundamentação teórica para fortalecer o conceito de Educação em diversos espaços, mesmo fora do ambiente escolar. Nesta parte do trabalho falaremos sobre nossa base teórica e relatos pessoais acerca dos temas citados.

A inclusão e a ecoformação na transdisciplinaridade na Educação Especial envolve a reflexão de vários aspectos sociais, culturais, as relações humanas e as relações do ser humano com a natureza. Os conceitos acima citados necessitam de reflexões minuciosas para melhorar efetivamente a inclusão das pessoas com deficiência em diversos espaços da sociedade.

Empregada em perspectiva dos direitos humanos, a Educação Inclusiva é novo paradigma na educação especial construído historicamente, que enfrenta o processo de transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, como um método de diminuir exclusão social e educativa das pessoas com deficiência. Entretanto a exclusão social não acontece somente nos ambientes escolares.

Em diversos espaços públicos ou privados as pessoas com deficiência vivenciam situações de exclusão ou por falta de acessibilidade ou por barreiras atitudinais, resultantes de formação cultural, histórica que desvaloriza tais pessoas através do capacitismo. O que torna a realidade de convivência bem diferente do que está descrito na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Basil, 2015) que prevê que devem ser assegurados e promovidos, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com

deficiência, visando sua inclusão social e o exercício da cidadania. Assim como afirma Santos (2016) quando as percepções analíticas sofrem mudanças paradigmáticas, é necessário tempo para que as novas compreensões influenciem as práticas diárias.

Segundo Santos (2016) O saber médico possuía uma hegemonia para explicar e intervir nas questões das pessoas com deficiência até os anos 1970. Subsequentemente, os saberes das ciências sociais foram deslocados, passando a compreender a deficiência como parte da diversidade humana em que as demandas das pessoas com deficiência na área da promoção da justiça social devem ser tratadas por meio de atitudes públicas, culturais e institucionais. Evidenciando que as reivindicações pelos direitos das pessoas com deficiência não são exigências somente nacionais, Maciel (2000) descreve que em junho de 1994, em Salamanca, Espanha, 88 países e 25 organizações internacionais participaram da Conferência Mundial de Educação Especial, que buscou o consenso para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva. Isso foi o ápice desses movimentos nacionais e internacionais.

No entanto, a inclusão escolar, apoiada pela Declaração de Salamanca, não soluciona todos os problemas de marginalização das pessoas com deficiência, pois o processo de exclusão começa no nascimento ou precisamente quando aparece algum tipo de deficiência física ou mental, adquirida ou hereditária, em algum membro da família. Em muitos casos esses personagens sociais enfrentam problemas dentro do âmbito familiar, reverberando no âmbito social e no processo de desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo.

A forma de perceber a deficiência ao longo dos anos vem sendo transformada a partir da conscientização da sociedade e do público diretamente envolvido com as pessoas com deficiência e seus familiares. Segundo Maciel (2000) o nascimento de um bebê com deficiência ou o aparecimento de qualquer necessidade especial em algum membro da família altera consideravelmente a rotina no lar. Santos (2016) descreve que o modelo social que se tornou mais evidente a partir dos anos 2000, vigente através das mudanças nas legislações, nos direitos e no cotidiano das pessoas com deficiência, teve origem nos movimentos

sociais das pessoas com deficiência no Reino Unido, que pautaram a insuficiência do paradigma biomédico em descrevê-la como uma experiência de desigualdade e opressão.

Morais (2020) descreve que o mundo globalizado nos mostra aspectos que sinalizam que estamos vivendo/convivendo em um mundo entrelaçado, emaranhado, prisioneiros de uma trama global que nos coloca suscetíveis ao imprevisto, o que interfere diretamente nas nossas relações sociais e em nossa saúde física e mental. A interdependência, a vulnerabilidade, a insegurança, a desvalorização da vida e a falta de condições básicas para se ter uma vida digna, saudável e minimamente feliz, fazem parte de nossa realidade atual. Não pode ser somente uma tarefa técnica, reestruturar fisicamente as instituições, pois depende de mudanças de atitudes, compromisso e disposição dos indivíduos. O foco deve ser a inclusão social e em segundo plano o processo de inclusão escolar.

Nos espaços de formação social a escola tem protagonismo como espaço de reflexão sobre saberes e práticas que vem sendo reproduzidas na sociedade. Freire (2008) afirma que a inclusão enquanto forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos tem sido apontada como uma solução para o problema da exclusão educacional e consequentemente da exclusão social. A promessa de acesso e permanência, presente na LDB (2017) em seu Art. 3º Inciso I, garante que todos tenham o direito de adquirir acesso à escola, sem restrições de qualquer tipo, não podendo ser restritos a qualquer criança ou adolescente. Entretanto esses direitos são em muitos casos negligenciados tanto nos espaços escolares como fora deles. Durante os anos recentes, medidas isoladas de educadores e pais têm fomentado e implementado uma inclusão nas escolas de pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial, com o objetivo de resgatar o respeito humano e a dignidade, para possibilitar o pleno desenvolvimento e acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse grupo.

Quando as crianças com necessidades educativas específicas são inseridas na escola, precisam se integrar e participar de maneira obrigatória de três estruturas diferentes da dinâmica escolar:

1. o ambiente de aprendizagem, que atualmente ainda se encontram, na maioria dos espaços educacionais, sem acessibilidade, ou seja, não supre as demandas específicas da diversidade de pessoas atendidas nesse ambiente;

2. uma integração professor-aluno, que enfrenta desafios consequentes de formação específica defasada que contemple a pluralidade do público discente; e

3. uma interação entre alunos, que reflete diretamente no ambiente escolar a formação familiar, cultural e social sobre inclusão de pessoas com deficiência, que são conceitos ainda cercados de preconceitos sociais e barreiras atitudinais enraizadas. Existem aspectos dentro do espaço escolar que é necessário analisar, como : se o ambiente de aprendizagem é propício, se os recursos audiovisuais estão disponíveis, se houver, eliminação de barreiras arquitetônicas, sonoras e visuais, se há salas de apoio pedagógico para estimulação e acompanhamento suplementar, se os currículos e estratégias de ensino são adequados à realidade dos alunos e se todos os membros da comunidade escolar estão sensibilizados para atender o pessoa com deficiência com respeito e consideração.

É essencial que os especialistas em educação das escolas e o professor da sala regular tenham conhecimento sobre o que é uma deficiência, quais são seus principais tipos, causas, características e as necessidades educativas de cada deficiência, para que tenha uma verdadeira integração entre todos na escola. É necessário que o educador tenha uma vasta compreensão da área, ou que deva vir de sua educação acadêmica. Maciel (2000) afirma que “Hoje, poucas escolas e universidades, que formam professores, abordam adequadamente a questão da deficiência em seus currículos”

Respeitar e valorizar a riqueza e a diversidade das culturas que nos rodeiam, bem como as nossas próprias formas de nos expressarmos e as nossas qualidades humanas, é a essência da tolerância. Esses valores estão descritos no Art.3º da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em seu inciso IV, que prevê: “o respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 2017).

O processo de afastamento e privação de determinados indivíduos ou de grupos sociais em diversos âmbitos da estrutura da sociedade é conhecido como

uma condição inerente ao capitalismo contemporâneo, isto é, o problema social foi impulsionado pela estrutura desse sistema econômico e político, agravado seriamente nas famílias de pessoas com deficiência que fazem parte da população brasileira menos favorecida. Hoje em dia, milhões de pessoas com deficiência estão sendo excluídas do mercado de trabalho ou enfrentam discriminação em suas comunidades, resultantes do processo educativo que não contempla a Educação especial e inclusiva como realmente deve ser.

Para a efetiva inclusão de alunos com deficiência os profissionais da educação devem traçar estratégias conjuntas de estímulo família-escola, buscando orientações profissionais e familiares. É importante que os professores tomem ciência do diagnóstico e do prognóstico do aluno com necessidades educativas específicas, entrevistem pais ou responsáveis para compreender todo o histórico de vida desse aluno. Assim como precisa ter as contribuições dos pareceres de profissionais que atendem ou atenderam esses alunos, pesquisando várias técnicas, métodos e estratégias de ensino, em que variáveis como o desenvolvimento da linguagem, o desenvolvimento físico e sobretudo as experiências sociais estão presentes, enriquecendo o processo de planejamento profissional dos docentes e fortalecendo a política educacional do ambiente escolar.

Em um conjunto de atores do universo educativo, a ecoformação e a transdisciplinaridade configuram-se como vínculos possíveis para uma transição paradigmática que promove a reforma do pensamento e permite transformações significativas em contextos educacionais, sociais, políticos e econômicos, entre outros. Essas atividades potencializam o envolvimento de diversos sistemas de conhecimento e a capacitação de membros da comunidade escolar e local.

Torna-se necessário criar uma abordagem educativa que seja crítica, participativa, democrática, humanizadora e inovadora, tanto a nível formal como informal, é o desafio que precisa de ser enfrentado. Por conseguinte, ela deve estar em primeiro lugar em qualquer ação política que vise ação e transformação social a formação individual com pensamento no todo. A tríade da vida (homem, sociedade, natureza) deve ser o ponto de referência para sua abordar a educação, que precisa ser transdisciplinar e ecoformadora em diversos aspectos e espaços, interferindo na

formação humana de todos os personagens do processo educativo de forma saudável e sustentável tanto para as pessoas quanto para o ambiente que nos rodeia.

Essas são ideias novas de técnicas educativas vistas as demandas para aumentar a educação e a qualidade de vida das pessoas com deficiência e dos membros da comunidade local e escolar que interagem com todo o ambiente. Na educação, a transdisciplinaridade é sem dúvida a principal aliada no combate à fragmentação do conhecimento e à separação disciplinar, mas também nos ajuda a nos livrar das tensões que surgem do ambiente educacional sendo a principal aliada na luta contra a fragmentação do conhecimento e a separação disciplinar e na formação com uma visão de conhecimento mais completa da realidade individual, local e global (Alves e Pereira Filho, 2017).

Concordando com o estudo de Medeiros (2022), percebemos que existem problemas como evasão escolar, analfabetismo, precariedade na formação docente, violência dentro e fora do espaço educativo, o descaso do poder público com a saúde mental dos docentes e com o sofrimento dos discentes em relação a oferta de uma educação, que não valorizam ou respeitam necessidades vitais dos sujeitos sociais e não os reconhece como multireferenciais ou multidimensionais nas suas individualidades. Esses problemas entre outros interferem diretamente na formação profissional e social, além de dificultar o processo inclusivo fora do ambiente escolar e familiar.

O processo educativo da sociedade deveria girar em torno de uma perspectiva transdisciplinar que aplicada favorece a articulação entre conteúdos curriculares, científicos e conteúdo da vida humana, resultando em um compromisso social do ser na busca efetiva e concreta participação, democracia, cidadania, ecoformação, bem como envolve os sujeitos na construção de uma sociedade mais sustentável, mais consciente, mais justa, solidária e igualitária, sendo este conceito construído através de um processo histórico de análises sociais contínuas das realidades sociais e em constante transformação (Alves, Pereira Filho, 2020). Assim a ecoformação configura-se como um caminho possível para uma transição paradigmática e que reformula o pensamento e promove transformações

significativas em contextos educacionais, sociais, emocionais, políticos e econômicos, como uma educação ecoformadora que implica em mudanças de pensamentos reducionistas e fragmentados transformando-os em pensamentos complexos, transdisciplinares, que partem de uma visão holística onde os sujeitos, a sociedade e o meio ambiente estão interligados em dimensões ampliadas e planetárias.

3.2 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ECOFORMADORA

Nesta parte da pesquisa falaremos um pouco mais sobre a importância da educação ecoformadora, o desenvolvimento de valores ambientais, a mudança de comportamento e os desafios que ainda precisamos enfrentar para melhorar a qualidade da educação e ver a educação inclusiva como uma necessidade social humana e ambiental do futuro.

Em um mundo cada vez mais afetado por mudanças climáticas, poluição e esgotamento dos recursos naturais, é crucial que as novas gerações sejam equipadas com o conhecimento e as habilidades para lidar com esses desafios. A educação ecoformadora prepara os alunos para enfrentar problemas complexos e encontrar soluções inovadoras. Como experiência utilizamos por exemplo projetos voltados para o conhecimento e valorização local como o projeto “O lugar onde vivo” executado em todas as escolas da rede pública do município onde trabalhei.

Os temas abordados nos projetos eram voltados a conhecer a história do nome e dos primeiros habitantes da comunidade, assim como trabalhamos a cultura, a agricultura e pecuária, as religiões da comunidade, as profissões locais atuais e as profissões que as crianças querem exercer no futuro e as características específicas da comunidade local, como a linguagem e hábitos tradicionais. Em vez de tratar questões ambientais como tópicos isolados, a educação ecoformadora foi incorporada de maneira transversal em diversas disciplinas. Isso permitiu que os alunos compreendessem a interconexão entre as questões ambientais e outros temas, como ciência, geografia, matemática e até mesmo artes.

Ao integrar princípios de sustentabilidade no currículo, a educação ecoformadora ajuda a cultivar uma ética ambiental nos alunos. Isso inclui o respeito pelo meio

ambiente, a importância da conservação dos recursos e a responsabilidade individual e coletiva pela proteção da natureza. Esses valores eram apresentados e colocados em prática nas aulas, como por exemplo a aula de construção da horta escolar, nos espaços de relato de experiência dos alunos relacionados ao trabalho no campo ou atividades de caça e pesca, utilizando a vivência deles para concretizar os conceitos apresentados. Assim despertando neles um olhar diferente para os hábitos cotidianos que refletem na sua alimentação sem agrotóxicos e com um olhar mais crítico sobre o ambiente que os cercam. Atividades práticas, como projetos de jardinagem, limpeza de áreas locais e construção de hortas escolares, utilização de materiais recicláveis são essenciais para proporcionar aos alunos uma experiência direta com a natureza. Essas atividades ajudaram a solidificar o conhecimento teórico e promoveram a aplicação prática dos conceitos aprendidos.

Através de práticas pedagógicas que envolvem a análise crítica e a reflexão sobre o impacto ambiental das ações humanas, a educação ecoformadora incentiva os alunos a adotar comportamentos mais sustentáveis em sua vida cotidiana. Esses valores eram incentivados principalmente aproveitando as datas comemorativas nacionais como a semana da água, o folclore para a preservação das matas e das nascentes, assim como eram cultivados valores para a manutenção e preservação de todos os recursos naturais, conversando sobre o uso consciente do solo sem o uso de agrotóxico, ar mostrando que não devemos poluir o ar, queimando o lixo e apresentando os gases poluentes que temos contato no nosso dia a dia, proporcionando uma perspectiva prática e realista sobre a sustentabilidade.

3.3 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO

1. Formação de Educadores e integração do currículo: Para que a educação ecoformadora seja eficaz, é essencial que os professores estejam bem preparados e informados sobre práticas e princípios de sustentabilidade. A falta de formação específica pode ser um obstáculo significativo. Na minha experiência, enfrentei dificuldades de acesso a essa formação específica, como trabalhar de forma lúdica que facilitasse a compreensão dos conceitos propostos na aula. A maioria das pesquisas para a execução nas aulas práticas eram feitas por conta própria.

2. Recursos e Infraestrutura: Muitas escolas enfrentam limitações de recursos e infraestrutura para implementar práticas sustentáveis. Investimentos em materiais educativos, espaços ao ar livre e tecnologias ambientais podem ser necessários. Sendo esta uma das principais dificuldades eu enfrentei, pois a escola não tinha materiais que me permitissem realizar atividades que incluíssem toda a diversidade de alunos, mais uma vez me pondo em situação de pesquisa para driblar essas dificuldades e realizar aulas inclusivas.
3. Resistência à Mudança: Em algumas comunidades, pode haver resistência à mudança ou falta de compreensão sobre a importância da educação ecoformadora. Superar essa resistência exige um esforço contínuo de conscientização. Muitos pais ainda apresentavam resistência as aulas interdisciplinares, muitas vezes criticando a prática pedagógica, desvalorizando a metodologia dizendo que o professor está apenas “brincando” com as crianças na escola.

A inclusão e a ecoformação na transdisciplinaridade na Educação Especial envolve a reflexão de vários aspectos sociais, culturais, as relações humanas e as relações do ser humano com a natureza. Os conceitos acima citados necessitam de reflexões minuciosas para melhorar efetivamente a inclusão das pessoas com deficiência em diversos espaços da sociedade.

Nos espaços de formação social a escola tem protagonismo como espaço de reflexão sobre saberes e práticas que vem sendo reproduzidas na sociedade. Freire (2008) afirma que a inclusão enquanto forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos tem sido apontada como uma solução para o problema da exclusão educacional e consequentemente da exclusão social. A promessa de acesso e permanência, presente na LDB (2017) em seu Art. 3º Inciso I, garante que todos tenham o direito de adquirir acesso à escola, sem restrições de qualquer tipo, não podendo ser restritos a qualquer criança ou adolescente. Entretanto esses direitos são em muitos casos negligenciados tanto nos espaços escolares como fora deles. Durante os anos recentes, medidas isoladas de educadores e pais têm fomentado e

implementado uma inclusão nas escolas de pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial, com o objetivo de resgatar o respeito humano e a dignidade, para possibilitar o pleno desenvolvimento e acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse grupo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ecoformadora representa uma abordagem promissora para enfrentar os desafios ambientais do século XXI. Ao integrar princípios de sustentabilidade no currículo escolar, as instituições de ensino podem preparar melhor os alunos para se tornarem cidadãos conscientes e responsáveis. Embora existam desafios na implementação, os benefícios de cultivar uma mentalidade ecológica nas novas gerações são inestimáveis. A ecoformação e a transdisciplinaridade são conceitos que se encontram em uma interseção importante entre educação, sustentabilidade e autodesenvolvimento. A partir de relatos pessoais sobre experiências com esses temas, é possível destacar a transformação social e a conexão com o meio ambiente, a aprendizagem holística integrada, a valorização da subjetividade e das experiências pessoais, relações interpessoais e comunitárias mais fortes, consciência de interconexão entre os saberes e a vida e aplicabilidade prática e engajamento. A construção de um futuro sustentável começa com a educação de hoje, e a educação ecoformadora é um passo fundamental nessa direção, valorizando princípios fundamentais da educação ecoformadora que incluem: Consciência Ecológica, Práticas Sustentáveis, Pensamento Crítico, Ação Local e Global, Educação Interdisciplinar e Empoderamento e Responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. D. F.; PEREIRA FILHO, A. D. Complexidade e inclusão: caminhos, história e tessituras. **Educação e Linguagem**, v. 23, n. 1, p. 197 – 224, Setembro 2020. ISSN 2176-1043. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345418083_Complexidade_e_inclusao_ca_minhos_historia_e_tessituras . Acesso em: 05/09/2024.

ALVES, M. D. F.; PEREIRA FILHO, A. D. Inclusão: um direito à cidadania. **Revista Filosofia Capital**, v. 12, p. 61 – 67, 2017. ISSN 1982 6613.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LEI Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**, Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da pessoa com deficiência**, Câmara dos Deputados, Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MEDEIROS, T. M. S. **Ecoformação e transdisciplinaridade: uma reflexão sobre o projeto mais participação e agroecologia na E.T.I. professor Fidêncio Bogo**. 2022. 23 p. Monografia (Pós-Graduação em Alternativas para uma Nova Educação) Universidade Federal do Paraná.

MORAIS, M. C. Pensamento ecossistêmico educação, aprendizagem e cidadania. In: FEITOSA, B; *et al* (org.). **Educação transdisciplinar: Escolas Criativas e Transformadoras**. Palmas -TO: Editora Universitária – EDUFT, 2020. p. 13-45.

SANTOS, W. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p.3007-3015, 2016.